

A AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS INALIENÁVEIS ADJETIVAS COM VERBOS POSSESSIVOS EM PORTUGUÊS BRASILEIRO

Fernanda MENDES¹

ABSTRACT: *The goal of this study is to observe the behavior of adjective inalienable possessive constructions in the speech data from children acquiring Brazilian Portuguese and also the relevance of the presence of possessive verbs in these structures, as there is an apparent change of verbal type in these constructions during the children's speech development. Following Guéron (1985), Floripi and Nunes (2009) and Mendes (2010), we hypothesize that child's inalienable structures are submitted to restrictions such as those proposed for adult language. Based on Avelar and Callou (2007) and Avelar (2009), it is expected that besides the verb ter (to have), verbs such as ser (to be) and estar (to be) are also possible in adjective inalienable possessive constructions with no violation of the restrictions for this sort of structure because ter, ser and estar would have the same underlying structure, according to the assumptions found in the literature.*

KEYWORDS: *language acquisition; Brazilian Portuguese; inalienable possession; possessive verbs.*

1. Introdução

Em relação ao português brasileiro (doravante PB), poucos estudos têm tratado da posse inalienável, especialmente no que diz respeito à gramática infantil. É possível que isso advinha do problema de conceito que esse assunto traz consigo. Nota-se, na literatura, que ainda não há um consenso sobre o conceito de inalienabilidade. Segundo Spanoghe (2001, p. 238, fn6), falta uma “definição operacional *in intensio*” para este termo.

Este artigo tem por objetivo observar e descrever de que forma se dá o aparecimento e a estruturação sintática das construções possessivas inalienáveis adjetivas com verbos possessivos dentro da fala de crianças adquirindo o PB, tendo por base o *input* lingüístico fornecido pela gramática-alvo, dado que há uma aparente variação de tipo verbal nesse tipo de construção durante o desenvolvimento da fala da criança.

Em relação à metodologia, esta pesquisa se pauta em dois momentos. No primeiro momento, este trabalho realizou um levantamento de dados de fala naturalísticos de informantes infantis, tomando como fonte uma pesquisa de caráter longitudinal. Isto é, um tipo de pesquisa que estuda a variação entre as gramáticas intermediárias que aparecem durante a aquisição da linguagem de uma ou mais crianças na medida em que elas vão crescendo, conforme Scarpa (2001, p. 204).

Os *corpora* se constituem de 30 entrevistas orais transcritas em arquivos digitalizados, sendo 13 entrevistas do CEAAL (Centro de Estudos de Aquisição e Aprendizado da Linguagem)/PUC-RS. As 17 entrevistas restantes pertencem ao Banco de Dados do Projeto de Aquisição da UNICAMP.

Os informantes são cinco crianças em idade de aquisição, a saber: AC (1;08, 1;10, 2;01, 2;03, 2;08, 3;00 e 3;07), G (1;10, 2;01, 2;03, 2;08, 3;00 e 3;06), T (2;03.11, 2;08.17 e 3;00.15), L (1;08.16, 1;10.28, 2;01.25 e 2;03.11) e R (1;07.21, 1;08.00, 1;09.20, 2;00.27, 2;03.06, 2;08.04, 3;00.07, 3;04.15, 4;09.21 e 4;10.06), sendo quatro deles, meninas – AC, G, L e R – e um menino – T.

¹ Doutoranda em lingüística pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Exceto as informantes AC e G, que tinham apenas esses arquivos acima citados, todos os outros informantes tiveram seus dados de fala coletados em maior número de faixas etárias. No entanto, o recorte realizado por esta pesquisa em relação às entrevistas se deve à tentativa de equiparar os dados de todos os informantes com respeito à idade.

Nota-se, porém, que há dois arquivos que “fogem” à faixa etária delimitada: 4;09.21 e 4;10.06 de R. Optou-se por usar esses arquivos para se ter uma idéia de como esse tipo de estrutura possessiva funcionaria em uma idade um pouco mais avançada, já que, como se poderá ver adiante, os dados são escassos.

No segundo momento desta pesquisa, pretende-se, a partir dos dados obtidos, realizar uma coleta transversal, ou seja, elaborar experimentos com a finalidade de testar o tipo de estrutura posto em questão aqui, além de conseguir um número maior de dados.

O artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, é apresentado o funcionamento da posse inalienável e como ela é concebida nos textos de Guéron (1985), com respeito a nomes de partes do corpo no francês e no inglês, e de Floripi e Nunes (2009), em relação aos nomes relacionais em PB. Na seção 3, são apresentados dois estudos sobre construções com verbos possessivos, copulares e existenciais no PB, Avelar e Callou (2007) e Avelar (2009). Na seção 4, são apresentados e discutidos os dados infantis coletados no primeiro momento desta pesquisa, levantando as principais diferenças entre estruturas com e sem o verbo possessivo. Isto é, pretende-se observar qual a relevância do verbo possessivo em estruturas de posse (in)alienável adjetivas ou não. Por fim, na seção 5, são apresentadas as conclusões parciais deste estudo.

2. Afinal, o que é posse inalienável?

2.1. Guéron (1985)

Segundo Guéron (1985), a interpretação de uma sentença tem caráter inalienável quando o NP que denota a coisa possuída é uma parte intrínseca do NP possuidor, que pode ser o sujeito ou o dativo possuidor, como mostram as sentenças em (1)². Nesse tipo de construção, embora não haja necessariamente uma estrutura de posse explícita (isto é, um possessivo) a interpretação possessiva continua disponível. Por outro lado, a interpretação de uma sentença tem caráter inalienável quando o NP que denota a coisa possuída é “disjunto” do sujeito ou do dativo possuidor, como mostra (2).

- (1) a. *Jean lève la main.* (João levanta a mão)
b. *Je lui ai coupé les cheveux.* (Eu lhe cortei os cabelos)
- (2) a. *#John raised the hand.*
b. *#I cut him the hair.*

As construções inalienáveis são classificadas em dois tipos pela autora. Construções em que o NP parte do corpo está em posição do objeto do verbo são chamadas de IA-1 (exemplos (1) e (2) acima). Neste caso, pode haver ambigüidade entre a leitura alienável e inalienável em línguas como o francês, enquanto, em línguas como o inglês, há apenas a leitura alienável disponível. Observa-se que os dados do PB se comportam tais quais os do francês com respeito a essa classificação.

Por outro lado, construções em que o NP parte do corpo está dentro de um PP (sintagma preposicional) são chamadas de IA-2. Neste caso, há a leitura inalienável em ambas

² Os exemplos desta seção são extraídos do texto de Guéron (1985).

as línguas – francês e inglês. Neste tipo de construção, os dados do PB, quando possíveis também se comportam da mesma maneira, permitindo a leitura inalienável dentro de um PP, como mostram os exemplos (3) e (4) abaixo.

- (3) a. *Il saigne du nez.* (?? *Ele sangra/está sangrando do nariz*)
b. *Elle l'a embrassé sur la bouche.* (*Ela o beijou na boca*)
- (4) a. *He is bleeding from the nose.*
b. *She kissed him on the mouth.*

A diferença entre línguas como o francês e o inglês em relação à disponibilidade das leituras inalienável e alienável são consequência do valor atribuído a um parâmetro morfofonológico, chamado de “parâmetro de inclusão de PRO”, segundo o qual o determinante definido que constitui o sintagma inalienável pode ser uma anáfora pronominal – ou seja, um pronome sem referência independente – em línguas como o francês (mas não em inglês). O determinante definido enquanto anáfora pronominal seria responsável pela leitura inalienável atribuída ao sintagma nominal, já o determinante definido enquanto operador iota seria responsável pela leitura alienável.

Evidências de aquisição para esta hipótese residem nas marcas de concordância (gênero, número e pessoa) do determinante. Ou seja, a criança, em fase de aquisição, escolheria o valor do parâmetro de forma que este permitiria a construção inalienável com determinantes se, na língua a ser adquirida, estes forem morfologicamente marcados para os traços acima citados. Se a língua não tiver os determinantes morfologicamente marcados para esses traços, o valor do parâmetro será o oposto, isto é, não permitirá a construção inalienável com determinantes.

O operador iota é um operador semântico especial que tem a função de representar a parte que denota a unicidade de uma descrição definida – ou seja, a sua definitude – ou que denota a entidade que satisfaz algum tipo de condição. Constitui-se por uma marca na frente da variável em um quantificador que mostra que se trata de uma descrição definida. Ou seja, apanha um indivíduo/entidade no mundo, e não um indivíduo/entidade que estabeleça uma relação do tipo parte-todo com outro indivíduo/entidade, por isso a interpretação inalienável seria bloqueada.

De acordo com Guéron (1985), existem condições sintáticas básicas para permitir as construções inalienáveis. Essas condições são: (i) vinculação anafórica e (ii) cadeia lexical, embora se possa afirmar que a formação de cadeias implica em vinculação anafórica.

Segundo Lasnik e Uriagereka (1988), Aoun (1982³, 1986⁴) propõe que existam dois tipos de anáforas: anáforas-A e anáforas- \bar{A} .

- (5) Anáforas-A: são as expressões recíprocas, os reflexivos e os traços-NP.
(6) Anáforas- \bar{A} : são os traços-*wh* (embora Aoun afirme em seus trabalhos que existam ainda outros, os autores não os consideram neste trabalho).

Assim, o Princípio A (a que se sujeitam as anáforas), segundo Aoun (1982, 1986 *apud* LASNIK E URIAGEREKA, 1988, p. 118) afirma que

- (7) “Uma anáfora-X deve ser X-presa em seu domínio de vinculação, para X variando sobre A e \bar{A} ”⁵.

³ AOUN, J. *The formal nature of anaphoric relations*. Doctoral dissertation, Massachusetts: MIT, 1982.

⁴ AOUN, J. *Generalized binding*. Dordrecht: Foris, 1986.

O Princípio A do autor, então, propõe que todo o elemento considerado anafórico necessita de um vinculador, e a posição que esse vinculador pode ocupar depende da natureza específica da anáfora – se A ou se \bar{A} . Nesta pesquisa se tratará apenas de anáforas-A pelo fato de o vinculador se encontrar no domínio argumental.

Segundo Miotto et al. (2004), as anáforas em PB fazem algumas exigências:

- (8) A presença do antecedente (elemento com o qual se identificam referencialmente) na estrutura sintática em que elas aparecem – dependência referencial. Ou seja, é necessário que o NP possuidor esteja presente para que se forme a construção inalienável, por isso a falta da interpretação inalienável em (12) abaixo.
 - (9) O antecedente da anáfora deve c-comandá-la – c-comando. Isto é, o NP parte do corpo ou o seu vestígio deve ser c-comandado pelo NP possuidor, por isso a falta da interpretação inalienável em (13) abaixo.
 - (10) A anáfora deve ser vinculada (portar o mesmo índice referencial) ao seu antecedente – vinculação. Ou seja, deve-se estabelecer uma cadeia lexical entre o NP possuído e o NP possuidor.
 - (11) O antecedente deve estar presente no domínio de vinculação da anáfora – localidade. Em outras palavras, o NP possuidor e o NP parte do corpo devem ser argumentos da mesma sentença, por isso a falta de interpretação inalienável em (14) abaixo.
- (12) a. # *Les cheveux* ont été lavés.
b. # *Os cabelos* foram lavados.
 - (13) a. # *Les cheveux* ont été lavés *par Jean*.
b. # *Os cabelos* foram lavados *por João*.
 - (14) a. # *Jean lui* semble avoir lavé *les cheveux*.
b. # *João lhe* parece ter lavado *os cabelos*.

Guéron (1985), de acordo com Chomsky (1981⁶, 1982⁷), define cadeia lexical da seguinte maneira:

- (15) “[É] um conjunto de dois ou mais nominais relacionados por vinculação anafórica e interpretados como um único argumento em LF”⁸.

De acordo com Guéron (1985), todos os tipos de cadeia são afetados pela chamada “Restrição de não-distintividade” enunciada em (16) abaixo.

- (16) “Se A e B são elos de uma cadeia, então o referente de A é não-distinto do referente de B”⁹.

⁵ Do original: *An X-anaphor must be X-bound in its governing category, for X ranging over A and \bar{A} .*

⁶ CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.

⁷ CHOMSKY, N. *Some concepts and consequences of the theory of government and binding*. Cambridge, MA: MIT Press, 1982.

⁸ Do original: *a chain is a set of two or more nominals related by anaphoric binding and interpreted as a single argument in LF.*

⁹ Do original: *If A and B are links of a chain, then the referent of A is non-distinct from the referent of B.*

Segundo a autora, enquanto A denota um indivíduo, B pode ser um pronome com traços compatíveis (17a) ou uma parte do corpo (17b). Porém, B não pode denotar algum objeto que não seja parte intrínseca do indivíduo denotado por A (17c).

- (17) a. *Lo veo a Juan.* (O vejo ao João)
b. *Je lui ai pris la main.* (Eu lhe peguei (n)a mão)
c. # *Je lui ai déchiré le livre.* (Eu lhe rasguei o livro)

A junção da noção de cadeia lexical apresentada em (15) com a restrição de não-distintividade enunciada em (16) resulta, segundo a autora, em uma simplificação da gramática frente aos modelos propostos anteriormente, fazendo com que nada mais seja necessário gramaticalmente (como regras, papel temático de papel temático de Possuidor Inalienável) para que se estabeleça uma interpretação do tipo posse inalienável.

Além dessas restrições, a autora trata também da restrição de tipo lexical do verbo, que se aplica apenas às línguas românicas. De acordo com essa restrição, verbos que denotam ação gestual permitem a leitura inalienável, como mostram os exemplos em (18) abaixo, enquanto verbos que não denotam de ação gestual não permitem a leitura inalienável, como mostra o exemplo em (19a).

- (18) a. *Jean lève la main.*
b. *João levanta a mão.*
(19) a. # *Jean (se) lave la main.*
b. *João lava a mão.*

Porém, os dados do PB, como mostra o exemplo em (19b), não apresentam o mesmo comportamento dos dados do francês, já que, mesmo sendo *lavar* um verbo que não denota ação gestual, a interpretação inalienável é permitida.

Estendendo a análise que Guéron (1985) faz para um conjunto de dados do francês, parece haver, para os dados do PB, uma reanálise generalizada de verbos como pronominais em LF, fazendo com que eles subcategorizem apenas um dos dois NPs (em função do critério temático revisado por Guéron (1985)).

Apoiada em Kayne (1975¹⁰ *apud* Guéron, 1985), a autora apresenta ainda a restrição que trata sobre estruturas adjetivas em construções inalienáveis. Segundo essa restrição, construções inalienáveis com verbos não-possessivos bloqueiam a interpretação inalienável quando está presente um adjetivo descritivo no NP parte do corpo, sendo este introduzido por um determinante definido, já que, com a presença de um possessivo a restrição não mais se aplicaria, como mostram os exemplos em (20) e (21).

- (20) a. # *Il adore les cheveux blonds.*
b. # *Ele adora os cabelos loiros.*
(21) a. *Il adore ses cheveux blonds.*
b. *Ele adora seus cabelos loiros.*

Já, construções inalienáveis com verbos possessivos bloqueiam a interpretação inalienável quando não está presente um adjetivo descritivo no NP parte do corpo, como mostram os exemplos em (22) e (23).

¹⁰ KAYNE, R. *French syntax: the transformational cycle*. Cambridge: MIT Press, 1975.

- (22) a. # *Elle a les cheveux.*
b. ??/# *Ela tem os cabelos.*
- (23) a. *Elle a les cheveux bruns.*
b. *Ela tem os cabelos castanhos.*

De acordo com Guéron (1985), *avoir/ter* governa a SC na leitura inalienável. Na verdade, o verbo tem uma estrutura dupla de subcategorização: em (22), o verbo não subcategoriza uma *small clause*, na verdade se comporta como um verbo transitivo, atribuindo um papel temático PRIMÁRIO a cada um dos seus argumentos (sujeito e objeto). Porém, de acordo com o critério temático (conforme a nota 19), não é possível formar uma cadeia com dois NPs recebendo papéis temáticos PRIMÁRIOS e, por isso perde-se a leitura inalienável. Já em (23), trata-se de uma mini-oração subcategorizada pelo verbo (analisado aqui como existencial), que não atribui papel temático PRIMÁRIO à posição de sujeito, mas um papel temático S-LOCATIVO disponível para ser atribuído ao sujeito. O predicado da SC, *bruns*, atribui um papel temático para o sujeito desta mesma SC, *les cheveux*.

2.2. Floripi e Nunes (2009)

Neste texto, Floripi e Nunes (2009) tratam apenas de nomes relacionais, que se diferenciam dos nomes de partes do corpo por terem um papel temático a ser atribuído ao seu possuidor. O tipo de construção sintática abordada é aquela apresentada em (24a), em que o possuidor é nulo – neste caso, um traço (fruto de movimento).

- (24) a. [O João]_i conversou com o pai ec_i.
b. [O João]_i conversou com o pai dele_i.

O exemplo em (24b) se difere de (24a) não só pelo material fonético realizado, mas também pelo fato de (24b) poder tomar um antecedente na sentença e no discurso (se sujeita ao Princípio B, ou seja, se trata de um pronome), enquanto (24a) só pode encontrar um antecedente na sentença (se sujeita ao Princípio A, ou seja, se trata de uma anáfora).

Além disso, o caráter anafórico da categoria vazia também é evidenciado em outros contextos típicos, como localidade e c-comando. Abaixo os respectivos exemplos que confirmam essa hipótese.

- (25) a. [A Marcela]_i disse que [o André]_k ligou para o amigo ec_{k/*i}
b. [O amigo [do João]_i]_k telefonou para a mãe ec_{k/*i}

Pelo fato de os possuidores nulos engatilharem a leitura *sloppy* em contexto de elipse, como mostra (26); a leitura presa quando o seu antecedente é “apenas/só DP”, como mostra (27) e uma interpretação *de se* em contextos de “desafortunado”, como mostra (28), os autores analisam os possuidores nulos no PB como de obrigatoriamente controlados (cf. HORNSTEIN, 2001), sendo PROs/traços-A.

- (26) a. João_i quer PRO_i vencer e Pedro_k também (quer PRO_k vencer)
b. João_i vai telefonar para a mãe ec_i e Maria_k também (vai telefonar para a mãe ec_k)
- (27) a. Apenas João_i lembra de PRO_i dar presentes.
b. Apenas João_i ligou para a mãe ec_i
- (28) a. O desafortunado_i espera PRO_i ganhar uma medalha

b. Regan_i passou a admirar o irmão ec_i

Devido ao contraste de (29), os autores sugerem que o possuidor nulo seja um pronome resumptivo e não um traço, já que, em (29b), o movimento do sujeito encaixado para o sujeito matriz seria proibido pelo fato de se encontrar em uma configuração de ilha.

- (29) a. * [o irmão ec] viajar
b. [O João]_i disse que o irmão ec_{i/*k} vai viajar.

Em se tratando de pronomes nulos resumptivos, conforme os autores, o número aparente de violação de ilhas pode aumentar, sem violação da aceitabilidade, já que eles não se sujeitam a estes efeitos.

Dois possíveis problemas se apresentam para essa análise. O primeiro diz respeito à atribuição de Caso. No caso do pronome realizado, é a preposição gramatical/*dummy de* que atribui, enquanto no caso do pronome nulo resumptivo não há quem realize essa atribuição. No entanto, os autores afirmam que a preposição é marcada de Caso inerente e só é realizada quando o elemento marcado para Caso está realizado.

O segundo problema se refere à falta de paralelismo entre as posições de sujeito e objeto. Segundo Floripi e Nunes (2009), o PB permite pronome nulo resumptivo na posição de objeto, porém não o permite na posição de sujeito. A explicação dada pelos autores para este fato é que pronomes resumptivos nulos, tais quais objetos nulos, podem ser licenciados por Caso inerente (atribuído pelo nome relacional ao seu possuidor), no entanto, aos sujeitos nulos resumptivos não se pode atribuir um Caso inerente, já que o núcleo T não é atribuidor deste. Além disso, por a concordância verbal estar enfraquecida, pro não pode ser licenciado/identificado por IP.

Diferentemente com o que ocorre com as categorias vazias que são frutos de movimento, nos casos de resumpção, localidade e c-comando não precisam ser necessariamente respeitados, como mostram os exemplos abaixo.

- (30) a. [A Maria]_i acha que [o João]_k disse que o amigo pro_{k/i} vai viajar.
b. [A Marcela]_i disse que [o André]_k ligou para o amigo ec_{k/*i}.
(31) a. [O namorado [da Maria]_i]_k saiu quando um parente pro_{i/k} chegou.
b. [O amigo [do João]_i]_k telefonou para a mãe ec_{k/*i}.

Sendo assim, se quando há movimento do possuidor, há propriedades interpretativas de controle obrigatório; logo, quando o movimento é bloqueado, não há propriedades interpretativas de controle obrigatório. O que resulta no envolvimento de estratégias de pronominalização como último recurso.

Por fim, os autores afirmam que o movimento e a pronominalização competem por economia. Se ambos convergem para o mesmo resultado, então o sistema optaria pelo movimento, deixando a pronominalização como último recurso, já que, nesta, os pronomes estariam presentes na numeração que alimenta a derivação, o que a tornaria mais custosa.

Nesta seção foram apresentadas duas análises acerca da posse inalienável, de Guéron (1985) e de Floripi e Nunes (2009) que, embora tratem de tipos de nomes inalienáveis diferentes, utilizam o conceito de anáfora e de controle de PRO. Guéron (1985), no entanto, assume que o determinante definido é o responsável pela leitura (in)alienável, já que é ele uma anáfora ou um operador iota, Floripi e Nunes (2009), por outro lado, assumem um possuidor nulo (PRO obrigatoriamente controlado), que se sujeita às condições de anáfora e que, em último caso, pode ser pronominalizado.

Na seção seguinte serão apresentados dois estudos sobre construções (possessivas ou não) em um contexto específico: ocorrendo com verbos possessivos. O objetivo é explorar as restrições existentes nesse tipo de configuração sintática e realizar uma análise direcionada para as construções possessivas inalienáveis na seção subsequente.

3. Construções com verbos possessivos

3.1. Avelar e Callou (2007)

Segundo Avelar e Callou (2007), há uma mesma estrutura subjacente para as construções possessivas, copulativas e existenciais. Ou seja, *ter*, *ser* e *estar* são realizações morfológicas ou roupagens fonológicas (cf. CLARK E ROBERTS, 1993¹¹ *apud* AVELAR e CALLOU, 2007) possíveis para uma mesma categoria verbal. Dessa forma, não se pode afirmar que se trate de modificação semântica verbal, já que, independentemente de serem construções possessivas, copulativas ou existenciais, se trata sempre do mesmo verbo. O fato de não haver evidências robustas para a interpretação de *ter* como um verbo possessivo ou existencial, no PB, é o que condiciona intralingüisticamente este fato.

Segundo Clark e Roberts (1993 *apud* AVELAR e CALLOU, 2007), a categoria verbal abstrata subjacente aos verbos *ter*, *ser*, *estar* e *haver* pode ter quatro valores constantes nas línguas: i) existência (V_e), ii) estado permanente (V_{ep}), iii) estado transitório (V_{et}) e iv) posse (V_p). Em relação à aquisição, o parâmetro (ou dispositivo de análise) seria formulado de acordo com as seguintes possibilidades, podendo ter o valor 0 ou 1, resultando na gramática-alvo da língua a ser adquirida pela criança:

$$(32) \quad V_{et} = V_e$$

$$(33) \quad V_{ep} = V_e$$

$$(34) \quad V_p = V_e$$

$$(35) \quad V_{et} = V_{ep}$$

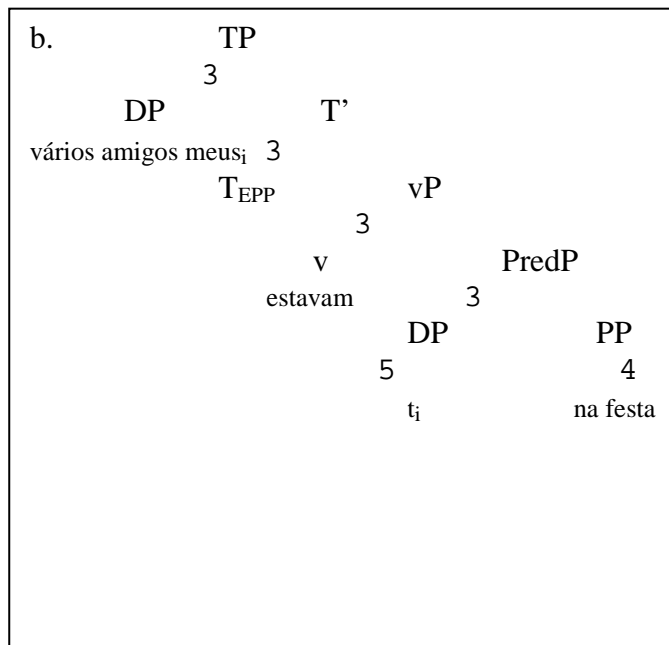
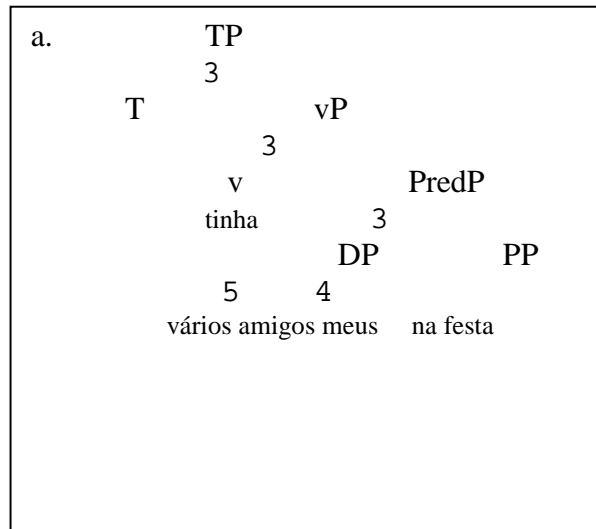
$$(36) \quad V_p = V_{ep}$$

$$(37) \quad V_p = V_{et}$$

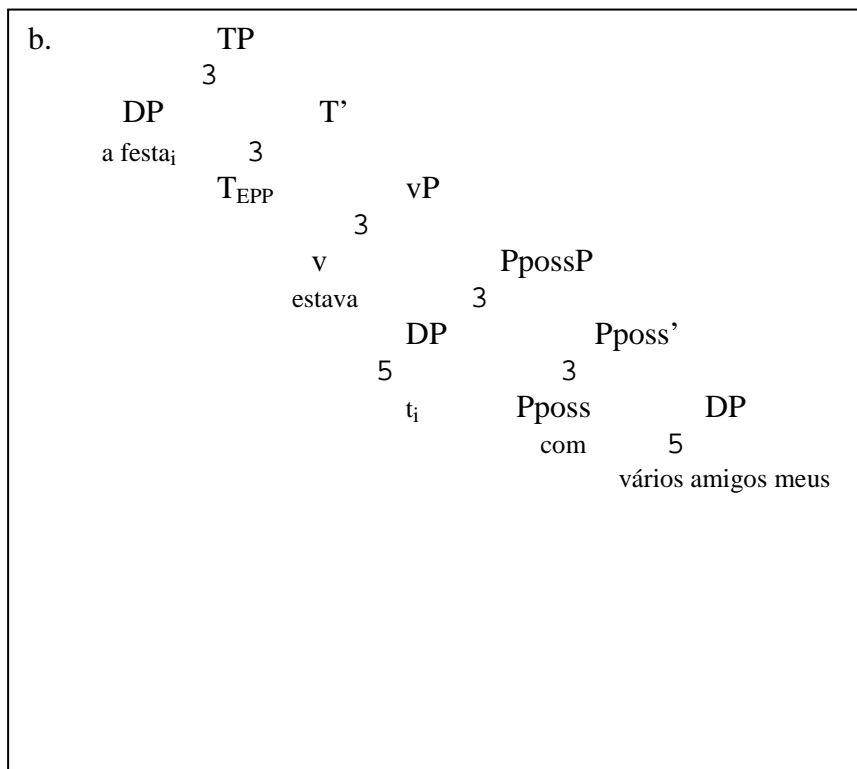
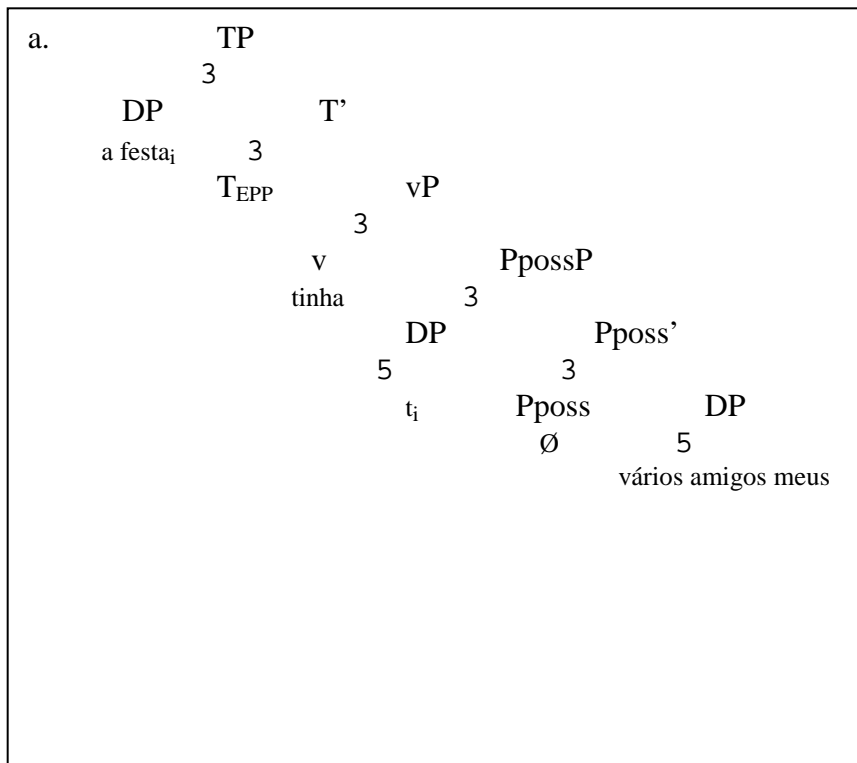
A diferenciação das formas fonológicas para essa categoria verbal abstrata dependeria das condições configuracionais específicas que cada tipo de roupagem fonológica assumiria. Abaixo, as diferenças configuracionais propostas por Avelar e Callou (2007).

¹¹ CLARK, R. e ROBERTS, I. A computational model of language learnability and language change. *Linguistic Inquiry*, v.24, 1993: 294-345.

(38) Configurações existenciais



(39) Configurações possessivas



Percebe-se que a diferença entre as construções existenciais e possessivas se baseia, estruturalmente, no fato de que nas últimas é projetada uma categoria PpossP, enquanto nas primeiras é projetada uma categoria PredP. Além disso, também há diferenças estruturais internas apresentadas por cada tipo de construção com respeito às condições de localidade, o que resulta nas diferentes roupagens fonológicas que o verbo pode assumir.

No caso das construções existenciais, se o núcleo T carrega um traço não-interpretável EPP e o [Spec, TP] é ocupado pelo DP da projeção PredP (*small clause*), então a forma fonológica que o verbo assume é a de *estar*. Se o núcleo T não carrega um traço não-interpretável EPP e o [Spec, TP] não é ocupado, então a forma fonológica que o verbo assume é a de *ter*. Segundo Viotti (1999¹² *apud* AVELAR e CALLOU, 2007), esse traço não-interpretável EPP em T é opcional em PB, por isso não é necessário que se assumam uma categoria expletiva nula em [Spec, TP] quando o verbo toma a forma fonológica de *ter*.

Já no caso das construções possessivas, que, conforme Harley (2001¹³ *apud* AVELAR e CALLOU, 2007) é uma construção derivada a partir de uma preposição abstrata Pposs (núcleo semântico da relação expressa em PredP, em que o especificador de Pposs é o possuidor e o complemento dessa categoria é o possuído), se o núcleo dessa preposição abstrata está vazio, então a forma fonológica que o verbo toma é a de *ter*; se o núcleo de Pposs está ocupado (no caso, pela preposição *com*), então a forma fonológica tomada pelo verbo é a de *estar* – tornando-se *estar com*.

De acordo com Avelar e Callou (2007), a falta de evidências para a interpretação existencial ou possessiva do verbo *ter* resulta no enfraquecimento da concordância. Por sua vez, com o enfraquecimento desta, segundo Ferreira (2000¹⁴ *apud* AVELAR e CALLOU, 2007), perde-se a categoria nula pro-referencial, responsável pelas restrições de licenciamento do sujeito nulo. O pro-expletivo, segundo o autor, também acaba “banido”. Assim, passa-se a interpretar o verbo *ter* como existencial, já que seria um verbo copular com um PP locativo no lugar do sujeito (cf. Freeze, 1992¹⁵). O verbo *haver*, que necessita do pro-expletivo, torna-se um verbo substantivo (não mais funcional), não tendo a mesma base subjacente de *ter* e *estar*.

3.2. Avelar (2009)

Avelar (2009), na mesma linha de Avelar e Callou (2007), restringe a pesquisa aos verbos *ter* e *estar (com)*. Segundo este autor, *ter* é obtido através da fusão entre o verbo copular *estar* e uma categoria adposicional – a preposição abstrata *com*. Segundo o autor, não há matriz fonológica para o verbo *ter* durante a computação sintática, já que ele é um item funcional. Dessa forma, há a inserção da matriz fonológica em apenas em PF. As sentenças em (40), e suas respectivas representações arbóreas em (41), ilustram essa fusão.

- (40) a. João *está com* dinheiro.
b. João *tem* dinheiro.

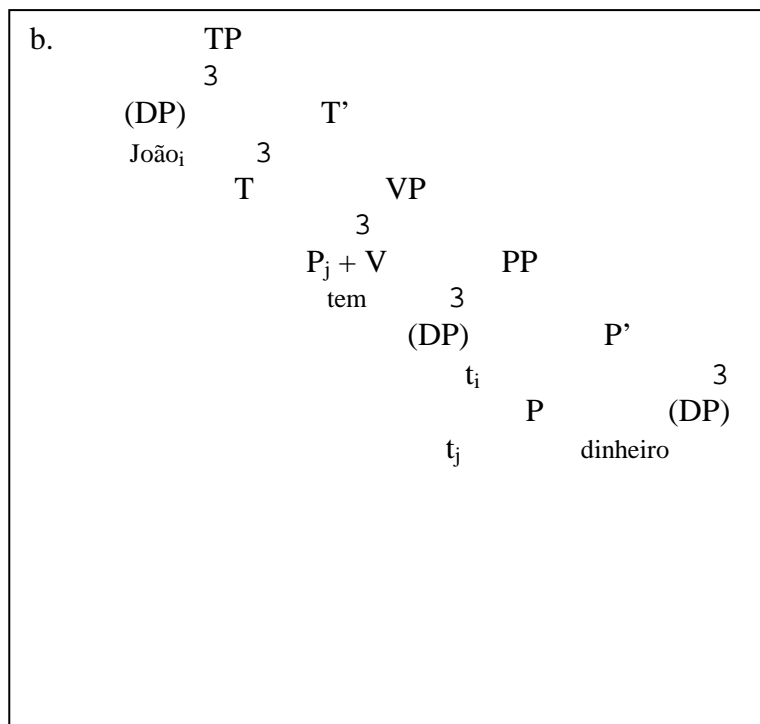
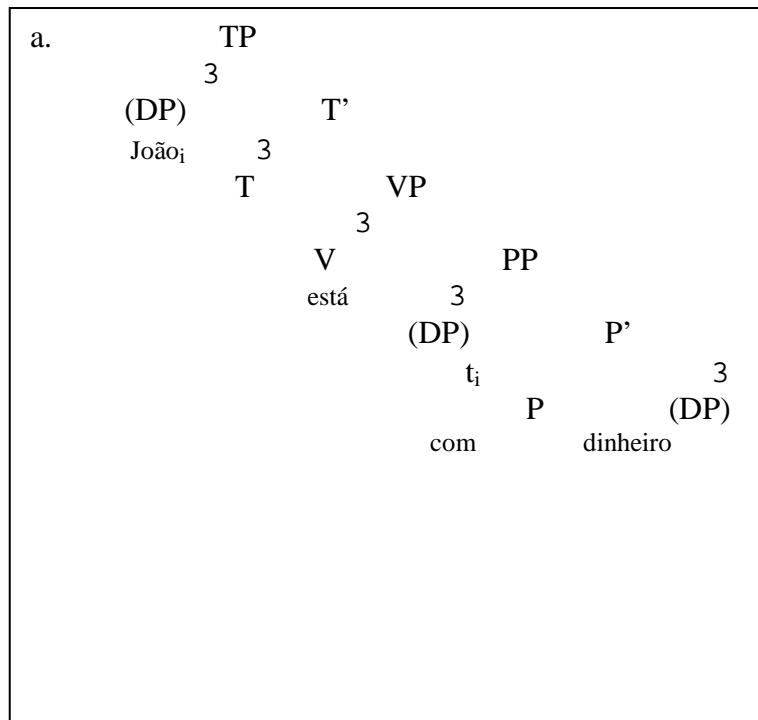
¹² VIOTTI, E. *A sintaxe das sentenças existenciais no português do Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

¹³ HARLEY, H. *Possession and double object construction*. 2001. Disponível em <http://linguistics.arizona.edu/~harley>. Acesso em 10 out. 2003.

¹⁴ FERREIRA, M. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 2000.

¹⁵ FREEZE, R. Existential and other locatives. *Language*, 68, 1992: 553-595.

(41)



Em (40-41a), a cópula e os traços da preposição não se combinam, mantendo as duas formas na sentença (*estar com*), já, em (40-41b), o núcleo da preposição se move para V e a matriz fonológica de *ter* é inserida no nó contendo P+V, ou seja, eles se combinam, formando o verbo *ter*. A diferença estrutural reflete uma diferença aspectual entre essas duas

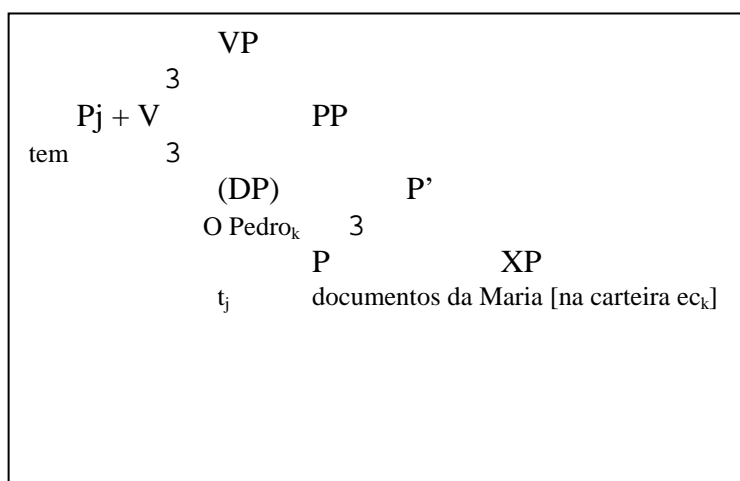
realizações. Em (40-41a), tem-se uma leitura transitória, enquanto em (40-41b) tem-se uma leitura permanente.

A sentença em (42a) evidencia a presença dessa preposição abstrata com o verbo possessivo *ter*. Observa-se que o mesmo não ocorre com verbos como *ver*, por exemplo, como mostra a sentença em (42b).

- (42) a. O Pedro_i tem documentos da Maria na carteira_{a_i/*j}.
 b. O Pedro_i viu documentos da Maria na carteira_{i/j}.

O autor explica essa diferença pelo fato de, com verbos como *estar* e *ter* – que tomam a preposição abstrata *com* –, existir uma categoria vazia dentro do sintagma locativo adverbial complemento (no caso, *na carteira*), que é coindexada com o sujeito da sentença. A estrutura arbórea abaixo ilustra esse fato.

(43)



Segundo Avelar (2009), assim como em Avelar e Callou (2007), a evidência para o verbo *ter* também ser interpretado de forma existencial é o fato de esse verbo estar se tornando impessoal no PB. Isto é, como resultado do enfraquecimento da concordância, quando o verbo *ter* tem um sujeito possuidor realizado, desencadeia a leitura possessiva; quando ele tem um sujeito possuidor nulo, desencadeia a leitura existencial. Dessa forma, o autor conclui que há uma camada preposicional na estrutura subjacente das construções com o verbo *ter*.

Na próxima seção serão apresentados os dados coletados da fala infantil e a análise proposta será baseada nas análises apresentadas na seção anterior, no que concerne às construções possessivas inalienáveis, e nesta seção, no que diz respeito às configurações sintáticas com verbos possessivos.

4. Dados infantis: resultados preliminares

Percebe-se, de acordo com os dados das crianças, que algumas restrições apresentadas acima – de anáfora, de cadeia lexical e de não-distintividade – começam a ser obedecidas por volta dos 2;01 anos de idade, como mostra a tabela 1 abaixo. Antes disso, o possuidor externo não aparece nas construções inalienáveis da fala infantil, ferindo o que foi apresentado por Guéron (1985) para este tipo de construção.

Tabela 1: Total de ocorrências recolhidas nos dados dos informantes.

Crianças	1;07	1;08	1;10	2;01	2;03	2;08	3;00	3;06	4;09	4;10	TOTAL
AC	-	0	0	1	1	3	7	7	-	-	19
G	-	-	0	0	2	2	5	3	-	-	12
T	-	-	-	-	0	0	0	-	-	-	0
L	-	0	0	0	7	-	-	-	-	-	7
R	0	0	0	1	1	2	0	3	1	3	11
TOTAL	0	0	0	2	11	7	12	13	1	3	49

Essa tabela também mostra que a faixa etária favorecida para a ocorrência da construção inalienável gira em torno de 3;06 anos de idade, já que é uma das que tem mais ocorrências. Além disso, todas as ocorrências de posse inalienável encontradas pertencem aos dados das informantes do sexo feminino. Dentre os dados coletados do informante do sexo masculino não se observa uma ocorrência sequer.

Observa-se também que a quantidade de construções inalienáveis tende a aumentar conforme a criança fica mais velha. A queda no número de ocorrências percebida no último arquivo de G pode ser devido a dois fatores: i) este arquivo ser menor do que os outros e ii) nesta coleta, a informante estar adoecida, talvez por isso a falta de cooperação na entrevista.

Nota-se, de acordo com os dados obtidos, que, quando o possuidor externo está na sentença, o tipo de nome mais recorrente é o de parte do corpo, conforme mostra a tabela 2 a seguir.

Tabela 2: Tipos de nomes inalienáveis presentes nos dados das informantes.

Crianças	Partes do corpo	Parentesco	Relacionais	TOTAL
AC	14	4	1	19
G	10	2	0	12
L	3	4	0	7
R	9	2	0	11
TOTAL	36	12	1	49

Abaixo seguem ocorrências de posse inalienável com nomes de partes do corpo coletados da fala das informantes desta pesquisa. É importante perceber que, nestes exemplos, as restrições apresentadas são respeitadas e não há diferenças entre construções do tipo IA-1, como em (44), e IA-2, como em (47), postuladas por Guéron (1985).

- (44) *ele quer lavar as mãos.* (AC 2;03)
- (45) *p(r)a [ʃ] p(r)a [ʃ] p(r)a te(r) igual porque a minha mão tem dois [*] mão(s) xx.* (AC 3;00)
- (46) *x ele [ʃ] ele abriu a boca.* (AC 3;00)
- (47) *oh, ela pula com as patinhas.* (AC 3;00)
- (48) *a gente engole, na cintura.* (AC 3;00)
- (49) *que não consegue voar, xx, ele machuca o b(r)aço [*], né?* (AC 3;00)
- (50) *caiu e machucou o b(r)aço [*] daí +...* (AC 3;00)
- (51) *bota na boca* (AC 3;07)
- (52) *pe(r)deu (*) a pe(r)na (*).* (G 2;03)
- (53) *eu vou botar os pés [*] aqui dent(r)o [*].* (G 2;08)
- (54) *ela fez um dodói no dedo.* (G 3;00)

- (55) então, toma [/] calma ## *a boca*. (G 3;00)
 (56) cala *a boca*. (G 3;00)
 (57) *ela* pode colocar *o pé* lá embaixo. (G 3;07)
 (58) o relógio [/] isso aí que *ele* tem no *pulso* é o relógio. (G 3;07)
 (59) *ela* [/] *ela* já lavou *o cabelo* e não precisou. (G 3;07)
 (60) fecha *o olho* mamãe! (L 2;03.11)
 (61) fecha *o olho*. (L 2;03.11)
 (62) (v)amo(s) faze(r) ai ai aqui *o ursinho*, *o olho*. (L 2;03.11)
 (63) Tá coçando *o pé* *o papagaoo*? (R 2;00.27)
 (64) põe *a mão* aqui nessa trancinha aqui. (R 3;04.15)
 (65) *o outro porco* tá qua # com *a boca* no chão. (R 4;09.21)
 (66) *um lobo* # um lobo pelado.
 pelado # sem *pêlo*. (R 4;10.06)
 (67) *chapeuzinho* já não # já não ficou com medo de nada.
 só ficou com pão na *mão*. (R 4;10.06)
 (68) por que (vo)cê não pega *o dedo* e coloca lá? (R 4;10.06)

Embora em menor frequência, como mostrou-se na tabela 2 acima, também são encontradas ocorrências de construções inalienáveis com nomes relacionais e de parentesco, inclusive obedecendo às mesmas restrições impostas aos nomes de partes do corpo, como se pode observar nos exemplos abaixo.

- (69) vou desenhar *a vovó*. (AC 2;01)
 (70) é, *ela* vai ter um [/] *ela* vai ter um *i(r)mãozinho* [*]. (AC 2;08)
 (71) tem *irmãzinhas* # ah, tem *irmãzinhas*. (AC 3;07)
 (72) cin, cinco, *o professor* tem *cinco filhas*. (AC 3;07)
 (73) vou pedir pra *babá* pra gente assistir um filme (AC 3;07)219
 (74) vou telefonar pra *mamãe*. (G 2;03)
 (75) tenho *uma mana*. (G 3;00)
 (76) que(ro) faze(r) # *papai*, *mamãe*. (L 2;03.11)
 (77) vou faze(r) *mamãe* agora. (L 2;03.11)
 (78) vai faze(r) agora *mamãe*. (L 2;03.11)
 (79) &de &de deixa *eu* perguntar *papai*. (R 2;03.06)
 (80) +, *eles* não tem mais *mamãe*. (R 3;04;15)

Com respeito às funções sintáticas desempenhadas, nota-se que, independentemente do tipo de nome, o possuidor externo quase sempre realiza o papel de sujeito, dentre os dados das crianças, exceto por uma ocorrência em que o possuidor externo aparece como objeto direto do verbo *cobrir*, como mostra (81) abaixo.

- (81) agora vou cobri(r) eles # com esse negócio pra não <&fic> [/] pra num bate(r) sol na *cara*[>]. (R 3;04.15)

Já os sintagmas inalienáveis desempenham, na maior parte das ocorrências, a função sintática de objetos diretos do verbo, podendo ser também objetos indiretos ou adjuntos do verbo, como em (49), (51) e (54), respectivamente.

Em relação à restrição de tipo lexical do verbo, nota-se que não há distinção entre um tipo e o outro, ou seja, em PB não se distingue verbo de ação gestual de verbo de ação não gestual para a posse inalienável (diferentemente do francês e do espanhol, por exemplo).

Vêm-se exemplos tanto com o verbo *lavar*, como em (44), quanto com o verbo *abrir* (a boca), como em (46), com o mesmo tipo de estrutura. No caso de outras línguas românicas, seria necessária a presença de outro elemento para licenciar a construção inalienável com verbos de ação não-gestual, como um clítico dativo.

Portanto, de acordo com o que Guéron (1985) afirma para o francês, se poderia postular que, para o PB, há uma reanálise generalizada de verbos como pronominais em LF, fazendo com que eles subcategorizem apenas um dos dois NPs, como dita uma das restrições de cadeia lexical. Porém, ainda é preciso verificar a exatidão desta análise para os dados adultos e infantis.

Em relação à restrição que trata das estruturas inalienáveis adjetivas com verbos possessivos – cerne desta pesquisa –, percebe-se que apenas uma das crianças produz estruturas deste tipo (a saber, AC). Além disso, nota-se, de acordo com o que foi apresentado na seção 2.1 acima, que essas estruturas são permitidas com o verbo *ter*, porém também podem ocorrer com os verbos *ser* e *estar*, conforme o que afirmam os estudos apresentados na seção 3.1 e 3.2.

- (82) *é olelha[*] (r)osa[*].* (AC 2;03)
- (83) *mas essa tá com uma boca fechada [*].* (AC 2;08)
- (84) *é [l] é ele tem o olhinho bonitinho!* (AC 2;08)
- (85) *é [l] é po(r)que [*] eu não tenho cabelo g(r)ande [*].* (AC 3;00)
- (86) *olha aqui, ela tem um cabelos compidos [*].* (AC 3;07)
- (87) *tem um bracinho bem pequenininho* (AC 3;07)

Nota-se que as estruturas inalienáveis adjetivas com verbos possessivos encontradas nos dados infantis são todas com nomes de partes do corpo e variam em relação ao determinante: podem ser introduzidas pelo determinante definido, indefinido ou nulo, como nos exemplos (84), (83) e (85), respectivamente.

Além disso, essas construções ocorrem em quatro faixas etárias diferentes – 2;03, 2;08, 3;00 e 3;07 – e, conforme ocorre a parametrização das configurações dos verbos, mudam os tipos verbais das sentenças em que se encontram essas estruturas. Aos 2;03, AC usa o verbo *ser* como em (82) acima; aos 2;08, alterna entre o uso do verbo *estar*, como em (83) acima e o verbo *ter*, como em (84) acima e aos 3;00 e 3;07 parece estabilizar com o verbo *ter*, como mostram os exemplos (85), (86) e (87) acima.

Como aponta Avelar e Callou (2007) e Avelar (2009), essa variação parece ser apenas o resultado de diferentes roupagens fonológicas para uma mesma categoria verbal, ou seja, para uma mesma estrutura subjacente que engloba as construções possessivas, copulativas e existenciais.

Estruturas inalienáveis não-adjetivas com o verbo possessivo também podem ser encontradas em meio aos dados infantis, como mostram os exemplos abaixo, embora sejam inesperadas, conforme a restrição proposta por Kayne (1975 *apud* GUÉRON, 1985). De acordo com essa restrição, a interpretação inalienável seria bloqueada quando, em uma construção com o verbo possessivo, não estivesse presente um adjetivo descritivo no NP parte do corpo.

- (88) *eles não # não # eles tem bacinhos, né?* (AC 3;07)
- (89) *ela tem olho.* (G 2;08)
- (90) *é, ela tem o cabelo +...* (G 3;00)
- (91) *O Cê num tem mão* (R 2;08.04)
- (92) *[Num tem mão mesmo assi* (R 2;08.04)

No entanto, em (88), (89), (91) e (92) não há o determinante definido, o que parece influenciar na interpretação, dado que o exemplo em (90), no qual há o determinante definido, parece ter uma interpretação mais degradada. Neste, nota-se que a fala da criança foi suspensa, o que pode indicar uma possível continuidade da sentença com um adjetivo, portanto, a possível gramaticalidade da estrutura.

O mesmo pode-se dizer para a construção em (45) acima, que não introduz o NP parte do corpo com um determinante definido, mas com um numeral. O exemplo em (58) também tem o verbo possessivo e, mesmo tendo o NP parte do corpo introduzido por um determinante definido não fere a restrição discutida aqui pois o NP parte do corpo se encontra dentro de um sintagma preposicional adjunto.

Também se pode dizer que o nome de parte do corpo, em contextos de singular/plural nu, tem uma leitura genérica, o que também não feriria a restrição acima discutida. Porém, dessa forma, como explicar a variação de determinantes em contextos claramente de posse inalienável? Acredita-se que essa questão necessita de um estudo mais aprofundado para ser respondida e, portanto, a sua solução fica como um dos próximos objetivos que esta pesquisa pretende alcançar.

5. Conclusões parciais

Observou-se, até este momento da pesquisa, que a variação verbal nas estruturas inalienáveis adjetivas nos dados das crianças confirma a hipótese proposta por Avelar e Callou (2007) e Avelar (2009) com respeito à variação dos verbos copulares, possessivos e existenciais no português/PB.

De fato, parece haver uma mesma estrutura subjacente para esses tipos verbais no PB e, enquanto a criança não parametriza as configurações possíveis nos contextos esperados, a variação ocorre. Resta saber o que desencadeia essa mudança morfofonológica, ou seja, quais são as evidências a criança tem para que ela passe da forma *ser*, para a *estar (com)* e, só posteriormente para a *ter*.

Acredita-se que as estruturas observadas nessa pesquisa sirvam como um contexto controlado para o estudo deste fenômeno, dado que, segundo Kayne (1975 *apud* GUÉRON, 1985), elas só tem interpretação inalienável quando ocorrem com verbos possessivos. A ocorrência de verbos não-possessivos com esse tipo de estrutura possessiva bloqueia a interpretação inalienável, como foi discutido acima.

Embora os dados de posse inalienável na fala infantil sejam escassos, e, especialmente escassas as estruturas inalienáveis adjetivas com verbos possessivos a que se propõe explicar essa pesquisa, acredita-se que seja possível e válido o estudo de tal fenômeno, visto que este pode vir a contribuir de maneira eficiente ao entendimento deste tipo de estrutura possessiva no PB.

Referências

- AVELAR, J. The comitative-copular basis of possessive-existencial constructions in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (ed.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Linguistik Aktuell / Linguistics Today 142. John Benjamins: Amsterdam / Philadelphia, 2009, p. 139-160.
- _____; CALLOU, D. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro. In: CASTILHO, A. T. de; TORRES MORAIS, M. A.; LOPES, R. E. V.;

- CYRINO, S. M. L. (orgs.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo / Campinas: FAPESP / Pontes Editores, 2007, p. 375-402.
- FLORIPI, S.; NUNES, J. Movement and resumption in null possessor constructions in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (ed.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*. Linguistik Aktuell / Linguistics Today 142. John Benjamins: Amsterdam / Philadelphia, 2009, p. 51-68.
- GUÉRON, J. Inalienable possession, PRO-inclusion and lexical chains. In: GUÉRON, J; OBENAUER, H. G.; POLLOCK, J.-Y (eds.). *Grammatical representation*. Dordrecht: Foris, 1985, p. 43-86.
- HORNSTEIN, N. *Move! A minimalist theory of construal*. Malden, MA: Blackwell, 2001.
- LASNIK, H.; URIAGEREKA, J. *A course in GB syntax: lectures on binding and empty categories*. Massachusetts: MIT, 1988.
- MENDES, F. *Estruturas possessivas: aquisição de posse funcional e posse inalienável no português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 2010.
- MENUZZI, S. Escopo e “variáveis ligadas típicas” do português brasileiro. *Revista Letras*, Curitiba, n. 61, especial, p. 211-244, 2003. Editora UFPR.
- MIOTO, C; FIGUEIREDO SILVA, M. C.; LOPES, R. E. V. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 2004.
- SCARPA, E. M. Aquisição da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. Volume 2. São Paulo: Cortez, 2001, p. 203-232.
- SPANOGHE, A-M. (In)alienability and (in)determination in Portuguese. In: BARON, I; HERSLUND, M.; SØRENSEN, F. *Dimensions of possession*. TSL 47. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001, p. 227-242.

<http://www.csus.edu/indiv/n/nogalesp/SymbolicLogicSPG05/SymbolicLogicOverheads/Phil60GusCh5Quantifiers/DefiniteDescriptions2.doc>
<http://www.answers.com/topic/iota-operator>
http://criticanarede.com/docs/etlf_conjs.pdf